

MERCADO DE TRABALHO

Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: o que dizem os microdados da PNAD covid-19

Sandro Sacchet de Carvalho
Técnico de Pesquisa e Planejamento
da Diretoria de Estudos e Políticas
Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

sandro.carvalho@ipea.gov.br

Divulgado em 02 de jul./2020.

Sumário

Os impactos da pandemia sobre os rendimentos de maio podem ser medidos pelas diferenças entre a renda média efetivamente recebida e a renda média habitualmente recebida. A análise dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) Covid-19 de maio revela que os rendimentos médios habitualmente recebidos foram no valor de R\$ 2.320,24, enquanto os rendimentos médios efetivamente recebidos foram de R\$ 1.898,86, ou seja, somente 82% dos rendimentos habituais. Os trabalhadores por conta própria receberam efetivamente apenas 60% do que habitualmente recebiam, tendo seus rendimentos efetivos médios alcançado apenas R\$ 1.092,12. Já os trabalhadores do setor privado sem carteira assinada receberam efetivamente 76% do habitual. Por sua vez, trabalhadores do setor privado com carteira e funcionários públicos receberam efetivamente em média acima de 90% do habitual.

Os dados mostram também que 5,2% dos domicílios (cerca de 3,5 milhões) sobreviveram apenas com os rendimentos recebidos do auxílio emergencial (AE). Além disso, em média, após considerar o AE, a renda domiciliar alcançou 95% do que seria caso houvesse recebido rendimentos do trabalho habituais. Esse impacto foi maior entre os domicílios de renda baixa, onde, após o AE, os rendimentos atingiram 103% do que seriam com as rendas habituais.

Os microdados da PNAD Covid-19 nos permitem avaliar se o AE foi suficiente para compensar 67% da perda da massa salarial entre os que permaneceram ocupados. Além disso, considerando a perda da massa salarial com a queda da população ocupada observada na PNAD Contínua, pode-se estimar que o AE foi capaz de compensar cerca de 45% do impacto total da pandemia sobre a massa salarial.

1 Introdução

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou recentemente os microdados da PNAD Covid-19, versão da PNAD Contínua que pretende monitorar as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro durante

a pandemia da Covid-19. Foram pesquisados indicadores para quatro semanas de maio, entre os dias 3 e 30. Apesar de a PNAD Covid-19 ser uma pesquisa experimental, de forma que seus resultados devem ser interpretados com cautela, trata-se de uma pesquisa que possibilita avaliar o impacto da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o papel que o AE teve na sustentação da renda domiciliar. O resultado da análise detalhada dessas informações permitirá aprofundar o conhecimento sobre a situação atual do mercado de trabalho.

Como os microdados já divulgados da PNAD Covid-19 cobrem, por enquanto, apenas o mês de maio, para termos uma visão completa da conjuntura do mercado de trabalho durante 2020, apresentamos no apêndice 2 um retrato da evolução dos rendimentos do trabalho antes da pandemia, com foco nos resultados do primeiro trimestre de 2020 da PNAD Contínua, incluindo os resultados até o trimestre móvel terminado em abril.

2 As diferenças entre os rendimentos efetivos e habituais do trabalho

Uma boa aproximação do impacto da pandemia sobre os rendimentos do trabalho são as diferenças entre a renda média efetivamente recebida e a renda média habitualmente recebida. Usualmente, as análises de conjuntura focam a renda habitualmente recebida, pois esta não apresenta sazonalidade e é livre de variações idiossincráticas na renda efetivamente recebida. Normalmente, excluídos os efeitos da sazonalidade, na média ou no agregado, os choques individuais na renda efetiva se anulam, tornando os rendimentos efetivamente recebidos semelhantes aos habitualmente recebidos.

Entretanto, os dados da PNAD Covid-19 de maio revelam que os rendimentos médios efetivamente recebidos foram de R\$ 1.898,86, enquanto que os rendimentos médios habitualmente recebidos foram de R\$ 2.320,24, ou seja, os rendimentos efetivos representaram somente 82% dos rendimentos habituais. Para termos uma noção do que isso representa, os dados da PNAD Contínua revelam que, para os trimestres que englobam abril, maio e junho, entre 2012 e 2019, a renda média efetiva representava 99,92% da renda média habitual. Apesar de as duas pesquisas não serem diretamente comparáveis, é seguro afirmar que os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho são captados pelas diferenças entre a renda efetiva e a habitual.

Os resultados da PNAD Contínua referentes ao trimestre móvel de março a maio confirmam essa interpretação. Enquanto para o trimestre terminado em maio a renda média habitual de todos os trabalhos alcançou R\$ 2.460, valor 5% maior que o mesmo trimestre de 2019, a renda efetivamente recebida média foi de R\$ 2.348 (ou seja, 95% da renda habitual) – valor virtualmente igual ao do mesmo trimestre de 2019. E deve-se ressaltar ainda que, ao incorporar os dados de março, esses resultados da PNAD Contínua ainda não consideram plenamente os efeitos da pandemia.

A tabela 1 mostra os rendimentos médios efetiva e habitualmente recebidos de acordo com a PNAD Covid-19 de maio, para o Brasil e diferentes grupos demográficos. Conforme já mencionamos, a renda efetiva atingiu somente 82% da renda habitual, e todos os diferentes grupos foram duramente atingidos. Entre as regiões, no Nordeste, a renda efetiva alcançou somente 80% da habitual, enquanto o Centro-Oeste foi a região menos impactada (86%).

TABELA 1

Rendimento médio do trabalho efetiva e habitualmente recebido por grupos demográficos (maio/2020)

	Rendimento efetivo do Trabalho (1)	Rendimento habitual do Trabalho (2)	Proporção renda efetiva sobre habitual (1/2)
Brasil	1898,86	2320,24	0,82
Norte	1495,27	1789,00	0,84
Nordeste	1319,33	1642,65	0,80
Sudeste	2125,84	2633,94	0,81
Sul	2098,87	2501,07	0,84
Centro-Oeste	2167,55	2531,58	0,86
Masculino	2048,78	2505,35	0,82
Feminino	1697,04	2071,05	0,82
14 a 24anos	1031,13	1229,82	0,84
25 a 39anos	1927,78	2309,62	0,83
40 a 59anos	2109,47	2609,84	0,81
60 anos ou mais	2144,02	2765,26	0,78
Não Chefe Família	1648,12	2010,75	0,82
Chefe Família	2187,47	2677,58	0,82
Fundamental incompleto	924,32	1230,55	0,75
Fundamental completo	1182,24	1576,91	0,75
Médio incompleto	1052,97	1398,20	0,75
Médio completo	1390,08	1739,81	0,80
Superior	3361,52	3949,11	0,85
Região Metropolitana	2296,54	2849,39	0,81
Não região metropolitana	1607,95	1933,16	0,83

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

A tabela 1 não revela diferenças no impacto da pandemia entre a renda efetiva e a habitual por gênero, entre chefes e não chefes de família e regiões metropolitanas ou não. Em contrapartida, o efeito da pandemia foi mais severo entre os idosos (78%) e menor entre os mais jovens (84%), e o impacto foi decrescente com a escolaridade (75% até o ensino médio incompleto e 85% para aqueles com ensino superior).

Na tabela A1.1 no apêndice 1, detalhamos os rendimentos médios efetivos e habituais por Unidade da Federação (UF). Sob essa ótica, os estados mais afetados pela pandemia, com uma renda efetiva de somente 78% da renda habitual, foram Rio de Janeiro, Pernambuco, Sergipe e Bahia. Em contrapartida, os menos atingidos

foram Rondônia, Roraima e Mato Grosso, onde a renda efetiva alcançou 90% da renda habitual.



Os dados até aqui revelados mostram que todos os grupos demográficos foram atingidos (alguns mais, outros menos), entretanto, quando consideramos a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, nota-se que as diferenças são muito mais acentuadas. Na tabela 2, são apresentadas as diferenças entre os rendimentos médios efetiva e habitualmente recebidos por posição na ocupação. Conforme esperado, os trabalhadores não formalizados foram duramente atingidos pela pandemia. Os trabalhadores por conta própria receberam efetivamente apenas 60% do que habitualmente recebiam, tendo seus rendimentos efetivos médios alcançado apenas R\$ 1.092,12. Já os trabalhadores do setor privado sem carteira assinada receberam efetivamente 76% do habitual. Os empregadores também foram severamente atingidos, tendo recebido 69% do habitual, mas apresentado ainda um rendimento médio acima de R\$ 4.000. Entretanto, os trabalhadores formais foram consideravelmente menos atingidos. Trabalhadores do setor privado com carteira receberam em média 92% do habitual, e os do setor público contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), 96%. Entre militares e estatutários, a renda efetiva alcançou 98% da renda habitual, e mesmo entre os trabalhadores informais do setor público a renda efetiva foi 91% da habitual.

TABELA 2
Rendimento médio do trabalho efetiva e habitualmente recebido por posição na ocupação (maio/2020)

	Rendimento efetivo do Trabalho (1)	Rendimento habitual do Trabalho (2)	Proporção renda efetiva sobre habitual (1/2)
Brasil	1898,86	2320,24	0,82
Privado formal	2037,80	2221,64	0,92
Privado informal	1351,92	1782,24	0,76
Militar/Estatutário	3955,96	4048,79	0,98
Público CLT	3290,51	3444,11	0,96
Público informal	1909,81	2096,61	0,91
Empregador	4078,46	5899,01	0,69
Conta-própria	1092,12	1820,81	0,60

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Essas diferenças por posição na ocupação se refletem igualmente quando consideramos o setor de atividade, como revela a tabela A.1 no apêndice 1. Como era de se esperar, os trabalhadores mais atingidos pela pandemia se encontram nos setores de serviços que apresentam um alto grau de informalidade. Os cabeleireiros, trabalhadores de tratamento de beleza e serviços pessoais receberam efetivamente apenas 43% da renda habitual, auferindo uma renda média de somente R\$ 656.

Entre outros setores duramente afetados, estão trabalhadores de atividades artísticas, esportivas e recreação (55%), transporte de passageiros (57%), hospedagem (63%), serviços de alimentação (65%), atividades imobiliárias (70%), construção (71%) e serviço doméstico (74%). Os trabalhadores menos afetados encontram-se na administração pública (97%), na indústria extrativa (92%), nos serviços de

utilidade pública (93%), na educação (92%), nos serviços financeiros (92%) e em armazenamento, correios e serviços de entrega (91%).



3 Renda domiciliar e impacto do AE

Uma das principais vantagens da PNAD Covid-19 é a investigação por domicílio das rendas de outras fontes, entre as quais se incluem os AEs, em virtude da pandemia. A tabela 3 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para três formas diferentes de calcular a renda domiciliar. A primeira considera apenas as rendas efetivas do trabalho dos componentes do domicílio; a segunda acrescenta as rendas de outras fontes¹; e a terceira considera a renda domiciliar total, acrescentando o auxílio AE. Os valores das divisões das faixas de renda são apresentados no anexo.

TABELA 3
Proporção e total de domicílios por faixa de renda (maio/2018)

	Sem renda	Renda muito baixa	Renda baixa	Renda média-baixa	Renda média	Renda média-alta	Renda alta
Renda de trabalho efetiva (%)	32,07	29,02	10,55	13,84	9,51	3,69	1,33
Total de domicílios (unidade)	21.812.477	19.740.734	7.175.055	9.413.149	6.471.041	2.508.399	903.373
Renda com outras fontes (%)	7,66	34,82	16,95	19,51	13,81	5,34	1,92
Total de domicílios (unidade)	5.207.385	23.686.354	11.527.043	13.270.818	9.392.596	3.631.372	1.308.661
Renda de todas as fontes (com AE) (%)	2,48	29,73	20,57	24,34	15,47	5,47	1,93
Total de domicílios (unidade)	1.688.800	20.223.490	13.993.137	16.558.085	10.525.867	3.720.001	1.314.849

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O primeiro forte impacto da pandemia é notado devido ao fato de que 32% dos domicílios não apresentaram nenhuma renda no trabalho. De acordo com a PNAD Contínua, esse valor era, no primeiro trimestre de 2020, de 23,5%. Naturalmente, a proporção de domicílios sem renda cai consideravelmente quando acrescentamos as rendas de outras fontes, caindo para 7,6%, o que significa que 24,4% dos domicílios (ou cerca de 16,6 milhões) recebem apenas rendas de outras fontes.

A tabela 3, por sua vez, indica que, em maio, de acordo com os dados da PNAD Covid-19, 5,2% dos domicílios (cerca de 3,5 milhões) sobreviveram apenas com os rendimentos recebidos do AE. A tabela revela também que o AE elevou a proporção dos domicílios de renda média.

Na tabela 4, mostra-se a proporção de domicílios por faixa de renda que receberam o AE de acordo com as três formas de cálculo da renda domiciliar contidas na tabela 3 – a descrição das faixas de renda estão no anexo. Na primeira coluna, que considera apenas a renda domiciliar efetiva do trabalho, 41,5% dos domicílios sem renda receberam o AE, e 55% dos domicílios de renda muito baixa também receberam. Na segunda coluna, quando se acrescenta a renda de outras fontes, nota-se que 67,5% dos domicílios que ainda permaneciam sem renda receberam o AE. Por fim, na última coluna, já considerando a renda do próprio AE, pouco menos da metade dos domicílios de renda muito baixa receberam o auxílio – proporção que, entre os domicílios de renda baixa, foi de 46,5%.

¹ Trata-se de aposentadoria, pensão, mesada, doação, seguro-desemprego, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), rendimentos de aluguel e financeiros.

TABELA 4

Proporção de domicílios que receberam o AE por faixa de renda (maio/2020)
(Em %)

	Divisão 1 ¹	Divisão 2 ²	Divisão 3 ³
Sem renda	41,48	67,57	0
Renda muito baixa	55,03	56,75	49,35
Renda baixa	38,33	35,08	46,52
Renda média-baixa	26,25	26,45	41,05
Renda média	14,89	15,72	24,8
Renda média-alta	7,4	7,56	9,76
Renda alta	2,57	2,89	3,35

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota:

¹ Apenas renda domiciliar do trabalho efetivo.

² Renda domiciliar efetiva com outras fontes de renda (sem AE).

³ Renda domiciliar total efetiva (com AE).

A tabela 5 mostra os rendimentos médios domiciliares a partir das diversas fontes de renda e por faixa de renda (de acordo com a renda domiciliar total efetiva). Nota-se que o rendimento médio domiciliar do trabalho efetivo foi de R\$ 2.247,80, o que, assim como a média individual, representa 82% da renda habitual (tabela 6). O acréscimo das rendas de outras fontes eleva o rendimento domiciliar efetivo médio para R\$ 3.202. O AE, por sua vez, elevou em pouco mais de R\$ 300 a renda domiciliar total, alcançando R\$ 3.530,15.

A partir da tabela 5, é possível perceber que os impactos da pandemia sobre os rendimentos efetivos do trabalho foram muito mais acentuados entre os domicílios mais pobres – consequentemente, os rendimentos de outras fontes, incluindo o AE, são mais relevantes para esses domicílios. Por exemplo, a renda domiciliar efetiva do trabalho para os domicílios de renda muito baixa foi de apenas R\$ 384 (somente 49% da renda do trabalho habitual), ao passo que, após todas as fontes de renda, incluindo o AE, a renda domiciliar média alcançou R\$ 1.132, o que representa 99% da renda domiciliar habitual com outras fontes de renda (R\$ 1.140).

TABELA 5

Rendimentos domiciliares médios por faixa de renda – diversas fontes de renda (maio/2020)
(Em R\$ de maio/2020)

	Rendimento efetivo do trabalho	Rendimento habitual do trabalho	Renda de outras fontes	Renda efetiva com outras fontes (sem AE)	Renda habitual com outras fontes (sem AE)	AE	Renda total efetiva (com AE)
Brasil	2.247,80	2.747,41	1.899,82	3.202,82	3.702,42	846,50	3.530,15
Renda muito baixa	384,58	787,98	752,45	736,89	1.140,29	801,73	1.132,52
Renda baixa	921,75	1.269,62	1.288,32	1.650,81	1.998,68	890,65	2.065,14
Renda média-baixa	1.910,93	2.334,29	1.743,58	2.817,98	3.241,35	858,55	3.170,44
Renda média	3.994,46	4.569,23	2.755,78	5.433,53	6.008,30	890,06	5654,25
Renda média-alta	8.342,46	9.314,70	5.281,18	11.127,64	12.099,87	761,68	11.202,00
Renda alta	20.921,67	22.703,65	9.677,24	26.329,20	28.111,18	723,11	26.353,43

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Essas informações sobre o impacto do AE nos domicílios de renda mais baixa citadas no parágrafo anterior são resumidas na tabela 6. Na primeira coluna, apresenta-se a proporção da renda efetiva do trabalho sobre a renda do trabalho habitual. Como já indicamos, entre os domicílios de renda muito baixa, essa proporção era de apenas 49%; entre os domicílios de renda baixa, era de 73%; nos domicílios

de renda alta, alcançava 92%. Na segunda coluna, acrescenta-se a renda de outras fontes (sem o AE) e novamente se compara a proporção entre as rendas efetivamente recebidas e as habitualmente recebidas. Com o acréscimo de outras rendas, os rendimentos efetivamente recebidos entre os de renda muito baixa conseguiram alcançar 65% dos rendimentos habituais.

A terceira coluna da tabela 6 procura mensurar em que medida o AE conseguiu sustentar a renda domiciliar média. Partindo da suposição de que, sem os efeitos da pandemia, os rendimentos do trabalho efetivamente recebidos seriam muito próximos dos habitualmente recebidos, essa coluna então compara os rendimentos totais efetivamente recebidos, incluindo o AE, com a renda habitualmente recebida, incluindo as rendas de outras fontes, mas sem o AE. Em média, após o AE, a renda domiciliar alcançou 95% do que seria caso houvesse recebido rendimentos habituais do trabalho. Esse efeito foi maior entre os domicílios de renda baixa, em que, após o AE, os rendimentos atingiram 103% do que seriam com as rendas habituais.

As duas últimas colunas da tabela 6 mostram o impacto na renda domiciliar efetivamente recebida pelo AE, em reais e em porcentagem, respectivamente. Em termos absolutos, o AE teve mais impacto nos domicílios de renda baixa, elevando a renda domiciliar média em R\$ 414. Não surpreendentemente, contudo, em termos relativos, o impacto nos domicílios de renda muito baixa foi muito mais expressivo, tendo elevado a renda média domiciliar em 54%.

TABELA 6

Proporção da renda domiciliar média efetiva em relação à renda habitual e aumento da renda domiciliar causado pelo AE (maio/2020)

	Proporção da renda efetiva do trabalho sobre a habitual (%)	Proporção da renda efetiva com outras fontes (sem AE) sobre a habitual (%)	Proporção da renda total efetiva (com AE) sobre a renda habitual com outras fontes (%)	Aumento da renda domiciliar efetiva causado pelo AE (R\$)	Aumento da renda domiciliar efetiva causado pelo AE (%)
Brasil	0,82	0,87	0,95	327,33	10,2
Renda muito baixa	0,49	0,65	0,99	395,63	53,7
Renda baixa	0,73	0,83	1,03	414,33	25,1
Renda média-baixa	0,82	0,87	0,98	352,46	12,5
Renda média	0,87	0,90	0,94	220,72	4,1
Renda média-alta	0,90	0,92	0,93	74,36	0,7
Renda alta	0,92	0,94	0,94	24,23	0,1

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

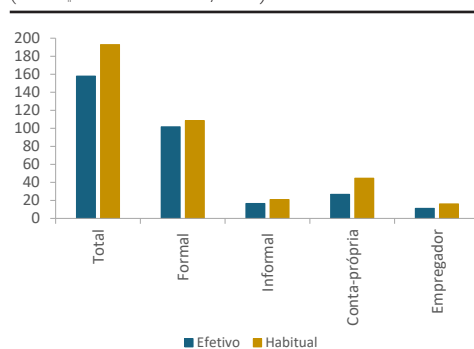
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

4 Massa de rendimentos e impacto do AE

Os resultados apresentados mostram que, principalmente entre os domicílios de baixa renda, o auxílio emergencial foi importante para a manutenção da renda média domiciliar. Para sabermos o impacto agregado do AE devemos olhar para a massa de rendimentos. A queda da massa salarial em virtude da pandemia é causada tanto pela diferença entre a massa salarial efetivamente recebida e a massa habitualmente recebida por aqueles que permaneceram ocupados como pela queda de rendimentos daqueles que perderam a ocupação. A partir da PNAD Covid-19, como se tem apenas um único mês observado até o momento, podemos somente avaliar a primeira causa.

O gráfico 1 mostra a massa de rendimentos do trabalho efetiva e habitualmente recebida por posição na ocupação a partir dos dados da PNAD Covid-19. O total da massa de rendimentos efetivos do trabalho foi de R\$ 158 bilhões, enquanto a massa de rendimentos habitualmente recebidos foi de R\$ 193 bilhões.² Os dados por posição na ocupação mostram que as diferenças das massas efetiva e habitualmente recebidas dos trabalhadores por conta própria representam mais da metade da diferença total. Os trabalhadores por conta própria receberam efetivamente R\$ 26,8 bilhões, contra os habituais R\$ 44,6 bilhões (uma diferença de R\$ 17,8 bilhões, cerca de 51% da diferença total de R\$ 35 bilhões).

GRÁFICO 1
 Massa de rendimentos do trabalho efetiva e habitualmente recebida por posição na ocupação (maio/2020)
 (Em R\$ bilhões de maio/2020)



Fonte: PNAD-Covid-19/IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na tabela 7, mostram-se as massas salariais efetiva e habitualmente recebidas, bem como a massa de rendimentos recebidos pelo AE e de rendimentos de outras fontes por faixa de renda. De acordo com a PNAD Covid-19, o total dos rendimentos provenientes do AE em maio alcançou R\$ 23,5 bilhões, o que representa 67% da diferença entre a massa salarial habitualmente recebida e a massa efetivamente recebida. Por sua vez, a massa de rendimentos de outras fontes somou R\$ 68 bilhões, o que levou a massa de rendimentos efetivamente recebida total da economia em maio para R\$ 249,5 bilhões.

TABELA 7

Massa de rendimentos do trabalho efetiva e habitualmente recebida, massa de rendimentos do AE e de outras fontes, por faixa de renda (maio/2020)

(Em R\$ bilhões de maio/2020)

	Massa salarial efetiva	Massa salarial habitual	Diferença da massa habitual e efetiva	Massa de rendimentos do AE	Massa de rendimentos de outras fontes
Brasil	157,91	192,96	35,04	23,50	68,08
Renda muito baixa	7,94	16,32	8,38	8,32	7,37
Renda baixa	13,30	18,33	5,02	6,09	10,58
Renda média-baixa	32,90	40,20	7,30	6,23	15,82
Renda média	43,84	50,13	6,29	2,53	15,99
Renda média-alta	31,92	35,60	3,69	0,30	10,89
Renda alta	28,01	30,40	2,39	0,03	7,45

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota-se novamente que o AE foi muito importante para os domicílios mais pobres. Para as famílias de renda muito baixa a massa de rendimentos do AE (R\$ 8,3 bilhões) foi virtualmente idêntica à diferença entre a massa salarial habitual e efetiva (R\$ 8,4 bilhões). Para os domicílios de renda baixa, a massa do AE foi mais

² Os dados da PNAD Contínua para o trimestre terminado em maio indicam uma massa dos rendimentos do trabalho habitual e efetivamente recebida de R\$ 206,6 bilhões e R\$ 197 bilhões, respectivamente. Lembrando que, ao incorporar os dados de março, esses resultados da PNAD Contínua ainda não consideram plenamente os efeitos da pandemia.

de R\$ 1 bilhão superior a essa diferença, e mesmo para as famílias de renda média-baixa a massa do AE alcançou 85% da diferença entre a massa efetiva e a habitual.



Nas tabelas A.3 e A.4 do apêndice A são mostrados os mesmos dados da tabela 7, por região e UF, respectivamente. Destaque para o fato de que no Norte e no Nordeste a massa do AE é mais de 50% maior que a diferença entre a massa salarial habitual e a efetiva. Ao passo que no Sul e no Sudeste, a massa do AE alcançou apenas 40% dessa diferença.

Conforme afirmado anteriormente, a queda da massa salarial em consequência dos efeitos da pandemia refere-se à perda de renda entre os que permaneceram ocupados, ao que se deve somar a queda de renda dos que perderam a ocupação. De acordo com os dados da PNAD Contínua, a queda da população ocupada no trimestre terminado em maio em relação ao trimestre encerrado em fevereiro foi de 8,3%, o que representa um pouco menos de 8 milhões de pessoas. Se tomarmos esse valor como uma estimativa do impacto da pandemia sobre a população ocupada, teríamos que a massa de rendimentos habitualmente recebida captada pela PNAD Covid-19 se situaria em torno de R\$ 210 bilhões, caso não houvesse a queda da população ocupada.

Dessa forma, os dados da PNAD Covid-19 nos permite avaliar que, como o AE foi suficiente para compensar 67% da perda de renda entre os que permaneceram ocupados, considerando a perda da massa salarial com a queda da população ocupada observada na PNAD Contínua, podemos estimar que o AE foi capaz de compensar cerca de 45% do impacto total da pandemia sobre a massa salarial. Ademais, os dados da PNAD Covid-19 aqui apresentados permitem confirmar que ele foi essencial para a manutenção da renda entre os domicílios mais pobres, justamente os mais afetados pela crise.

Apêndice A



TABELA A.1

Rendimento médio do trabalho efetiva e habitualmente recebido por UF (maio/2020)

UF	Rendimento efetivo do Trabalho (R\$) (1)	Rendimento habitual do Trabalho (R\$) (2)	Proporção renda efetiva sobre habitual (%) (1/2)
Brasil	1898,86	2320,24	0,82
Rondônia	1679,76	1863,32	0,90
Acre	1672,80	1872,76	0,89
Amazonas	1440,59	1765,10	0,82
Roraima	1833,09	2038,75	0,90
Pará	1419,57	1745,90	0,81
Amapá	1341,94	1684,78	0,80
Tocantins	1649,64	1893,67	0,87
Maranhão	1191,62	1409,10	0,85
Piauí	1416,14	1667,03	0,85
Ceará	1321,59	1635,50	0,81
Rio Grande do Norte	1500,81	1869,14	0,80
Paraíba	1493,86	1787,38	0,84
Pernambuco	1394,44	1796,48	0,78
Alagoas	1278,65	1518,44	0,84
Sergipe	1352,78	1739,10	0,78
Bahia	1217,60	1555,42	0,78
Minas Gerais	1631,46	2002,59	0,81
Espírito Santo	1728,18	2123,81	0,81
Rio de Janeiro	2166,46	2769,53	0,78
São Paulo	2371,77	2919,67	0,81
Paraná	2125,77	2527,64	0,84
Santa Catarina	2127,17	2470,75	0,86
Rio Grande do Sul	2052,94	2493,96	0,82
Mato Grosso do Sul	2006,02	2263,80	0,89
Mato Grosso	2067,48	2292,13	0,90
Goiás	1680,75	2103,03	0,80
Distrito Federal	3533,15	4012,34	0,88

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.2

Rendimento médio do trabalho efetiva e habitualmente recebido por unidade da federação (maio/2020)

	Rendimento efetivo do Trabalho (R\$) (1)	Rendimento habitual do Trabalho (R\$) (2)	Proporção renda efetiva sobre habitual (%) (1/2)
Agricultura, pecuária, produção florestal e pesca	1226,75	1423,16	0,86
Indústria Extrativa	3702,95	4019,60	0,92
Indústria da transformação	1817,43	2186,58	0,83
Fornecimento de eletricidade e gás, água, esgoto e coleta de lixo	2240,99	2412,56	0,93
Construção	1330,75	1867,65	0,71
Comércio no atacado e varejo;	1419,63	1862,01	0,76
Reparação de veículos automotores e motocicletas	1405,15	1880,12	0,75
Transporte de passageiros	1113,37	1967,95	0,57
Transporte de mercadorias	1873,38	2241,15	0,84
Armazenamento, correios e serviços de entregas	2029,57	2220,31	0,91
Hospedagem (hotéis, pousadas etc.)	1419,90	2260,47	0,63
Serviço de alimentação (bares, restaurantes, ambulantes de alimentação)	1038,35	1594,07	0,65
Informação e comunicação (jornais, rádio e televisão, telecomunicações e informática)	2790,95	3193,16	0,87
Bancos, atividades financeiras e de seguros	3918,79	4239,89	0,92
Atividades imobiliárias	2495,39	3568,38	0,70
Escritórios de advocacia, engenharia, publicidade e veterinária	2967,64	3785,27	0,78
Atividades de locação de mão de obra, segurança, limpeza, paisagismo e teleatendimento	1473,24	1689,01	0,87
Administração pública	3549,89	3650,08	0,97
Educação	2742,07	2974,99	0,92
Saúde humana e assistência social	2778,71	3344,07	0,83
Organizações religiosas, sindicatos e associações	2251,54	2630,44	0,86
Atividade artísticas, esportivas e de recreação	1186,56	2169,33	0,55
Cabeleireiros, tratamento de beleza e serviços pessoais	656,22	1542,62	0,43
Serviço doméstico remunerado	698,37	948,11	0,74
Outro	2068,30	2567,85	0,81

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.3

Massa de rendimentos do trabalho efetiva e habitualmente recebida, massa de rendimentos do AE e de outras fontes, por região (maio/2020)

(Em R\$ bilhões de maio/2020)

	Massa salarial efetiva	Massa salarial habitual	Diferença da massa habitual e efetiva	Massa de rendimentos do AE	Massa de rendimentos de outras fontes
Brasil	157,91	192,96	35,04	23,50	68,08
Norte	9,25	11,06	1,82	2,76	3,35
Nordeste	24,38	30,35	5,97	9,15	13,53
Sudeste	80,20	99,36	19,17	7,78	34,00
Sul	28,69	34,19	5,50	2,20	12,46
Centro-Oeste	15,40	17,99	2,59	1,61	4,74

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.4

Massa de rendimentos do trabalho efetiva e habitualmente recebida, massa de rendimentos do AE e de outras fontes, por UF (maio/2020)

(Em R\$ bilhões de maio/2020)

	Massa salarial efetiva	Massa salarial habitual	Diferença da massa habitual e efetiva	Massa de rendimentos do AE	Massa de rendimentos de outras fontes
Rondônia	1,16	1,29	0,13	0,21	0,43
Acre	0,42	0,47	0,05	0,12	0,19
Amazonas	1,78	2,18	0,40	0,60	0,63
Roraima	0,36	0,40	0,04	0,07	0,08
Pará	4,16	5,12	0,96	1,39	1,56
Amapá	0,37	0,46	0,09	0,14	0,10
Tocantins	0,99	1,14	0,15	0,22	0,36
Maranhão	2,43	2,87	0,44	1,23	1,35
Piauí	1,36	1,60	0,24	0,54	0,86
Ceará	3,97	4,91	0,94	1,46	2,24
Rio Grande do Norte	1,83	2,27	0,45	0,53	1,05
Paraíba	1,89	2,27	0,37	0,63	1,05
Pernambuco	4,48	5,77	1,29	1,42	2,36
Alagoas	1,22	1,45	0,23	0,54	0,77
Sergipe	1,09	1,40	0,31	0,37	0,64
Bahia	6,12	7,81	1,70	2,43	3,20
Minas Gerais	14,89	18,27	3,39	2,11	7,47
Espírito Santo	3,01	3,70	0,69	0,44	1,25
Rio de Janeiro	14,80	18,91	4,12	1,60	7,65
São Paulo	47,50	58,48	10,97	3,64	17,64
Paraná	11,06	13,15	2,09	0,98	4,10
Santa Catarina	7,14	8,29	1,15	0,40	2,83
Rio Grande do Sul	10,49	12,75	2,25	0,82	5,53
Mato Grosso do Sul	2,35	2,65	0,30	0,27	0,78
Mato Grosso	3,12	3,46	0,34	0,36	0,74
Goiás	5,18	6,48	1,30	0,76	1,78
Distrito Federal	4,76	5,40	0,65	0,22	1,44

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

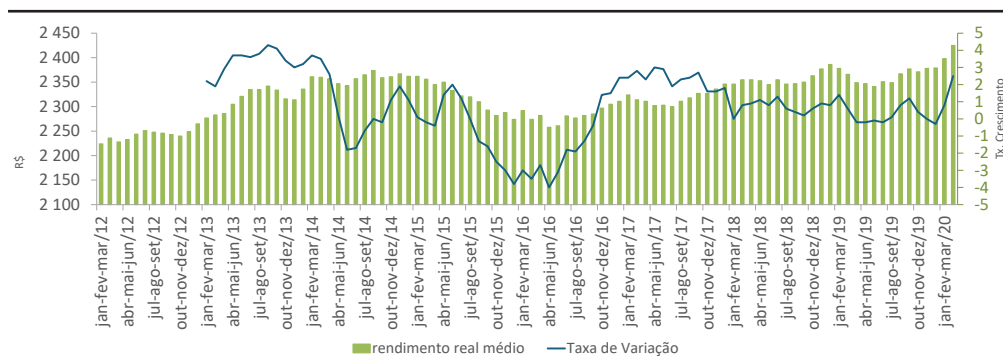
Apêndice B

Retrato dos rendimentos antes da pandemia – resultados do primeiro trimestre de 2020 da PNAD Contínua

Os rendimentos reais médios apresentaram um aumento de 0,8% no primeiro trimestre de 2020 em comparação com o mesmo trimestre de 2019, e um crescimento de quase 1,1% em relação ao trimestre anterior (quarto trimestre de 2019). Além disso, ainda de acordo com os dados da PNAD Contínua, no trimestre móvel encerrado em abril de 2020, o rendimento médio real habitualmente recebido registrou considerável elevação na comparação interanual, elevando-se 2,5% na comparação interanual e 1% na comparação com o trimestre móvel terminado em março, alcançando o maior valor registrado na pesquisa, tendo atingido R\$ 2.425,00 como mostra o gráfico B.1.

GRÁFICO B.1

PNAD Contínua – rendimento médio anual
(Valor absoluto e taxa de variação interanual)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

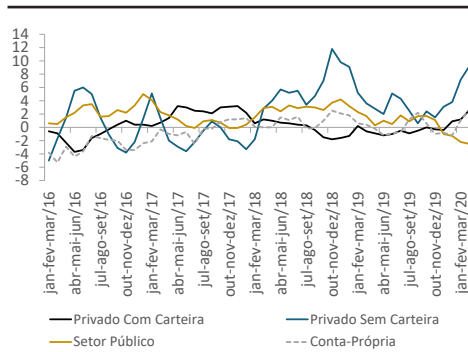
Essa elevação da renda média se deve ao fato de que a perda de ocupações se concentrou naquelas com pior remuneração, nos setores de construção, comércio e alojamento e alimentação, além dos empregados sem carteira assinada, de forma que os que permaneceram ocupados foram os de renda relativamente mais alta. Tal fato é corroborado pelo aumento do salário real médio de admissão divulgado pelo novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que subiu 7,5% entre março e abril (de R\$ 1.687 para R\$ 1.815), ou seja, as poucas admissões no período se concentraram nos salários mais elevados.

Evidências adicionais desse fenômeno são apresentadas no gráfico B.2. Na abertura por vínculo de ocupação, excluindo-se os empregadores, os dados da PNAD Contínua revelam que os trabalhadores do setor público (-2,5%) foram os únicos que apresentaram decréscimo real de rendimentos médios no último trimestre móvel encerrado em abril, e esse foi justamente o único tipo de vínculo em que a população ocupada cresceu durante a pandemia. O destaque “positivo” ficou por conta dos trabalhadores sem carteira, cujos rendimentos médios apontaram aumento de 9,2% na comparação interanual do último trimestre móvel. Os rendimentos médios dos trabalhadores com carteira e por conta própria subiram 2,6% e 2,7%, respectivamente.

GRÁFICO B.2

PNAD Contínua – rendimento médio real, por tipo de vínculo

(Taxa de variação interanual, em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na desagregação salarial por diferentes recortes, os microdados mostram ainda que menos metade dos segmentos aponta queda de rendimentos reais, conforme mostra a tabela B.1. Em termos regionais, no primeiro trimestre de 2020, as quedas ocorreram no Centro-Oeste e no Sul, com taxas de -3,3% e -1,9%, respectivamente.

Destaque positivo foi a região Sudeste com aumento de 2,7%. O corte por gênero revela que os rendimentos recebidos pelas mulheres apresentaram uma queda de 0,3%, enquanto os dos homens subiram 1,56%, revertendo uma tendência onde os rendimentos das mulheres subiam mais rápido que o dos homens desde 2018.

O detalhamento por idade e grau de instrução indica que os trabalhadores com mais de 60 anos e com ensino fundamental completo registram os piores resultados, com queda nos seus rendimentos reais médios de 2,3% e 2,7%, respectivamente. Ressalta-se também que, sob a ótica do ensino, neste trimestre, apenas os trabalhadores com ensino fundamental incompleto não apresentaram quedas nos rendimentos médios. Em relação à idade, destaca-se ainda o melhor resultado dos rendimentos dos ocupados entre 14 e 24 anos, cuja taxa de expansão no último trimestre foi de 1,8%, mantendo assim a tendência do trimestre anterior. Por fim, as estatísticas da PNAD Contínua mostram que os não chefes de família tiveram melhor desempenho no primeiro trimestre de 2020. Ressalta-se que esses dados, ao se referirem apenas ao primeiro trimestre, não consideram plenamente os efeitos da pandemia.

TABELA B.1

PNAD Contínua: rendimento médio real por dados desagregados

(Taxa de variação interanual – em %)

	2018				2019				2020
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.
Centro-Oeste	3,02	0,87	0,49	0,82	0,47	-0,83	-2,55	-1,90	-3,34
Nordeste	1,56	1,62	3,20	1,44	1,38	0,47	-0,72	-0,28	0,44
Norte	2,99	1,35	0,08	-2,14	-2,30	-2,33	-1,11	1,41	0,34
Sudeste	0,32	3,20	1,84	2,09	1,21	-0,75	0,13	0,53	2,68
Sul	0,29	0,58	0,06	1,27	3,36	1,63	2,11	0,85	-1,91
Masculino	1,92	2,79	1,09	1,10	0,36	-1,29	-0,26	-0,18	1,56
Feminino	-0,43	1,48	2,29	2,52	3,22	1,79	0,97	1,36	-0,29
14 a 24 anos	-1,23	-1,14	-2,67	-1,92	-0,81	-1,81	0,22	1,11	1,79
25 a 39 anos	1,02	1,06	2,18	2,02	2,66	1,41	1,63	2,15	0,42
40 a 59 anos	1,09	2,91	0,56	1,03	-0,02	-1,40	-0,20	-1,36	0,97
60 anos ou mais	-0,03	1,61	3,31	0,86	1,17	-1,08	-6,63	-0,54	-2,28
Não chefe de família	-0,12	2,42	1,41	1,82	3,09	0,82	1,46	1,59	1,90
Chefe de família	2,04	2,14	1,56	1,17	0,01	-0,79	-0,49	-0,06	0,49
Fundamental incompleto	0,63	-0,91	-1,16	-2,10	-2,35	-2,11	-2,16	-1,02	0,49
Fundamental completo	-0,26	-1,43	-1,17	-0,42	1,17	-1,28	-0,76	-2,28	-2,69
Médio incompleto	3,19	0,67	0,19	-1,80	-0,42	-1,17	-1,13	0,76	-2,11
Médio completo	-1,54	0,03	0,16	0,31	-0,29	-1,17	-0,87	-1,80	-1,47
Superior	-0,87	0,54	-0,10	-0,92	-0,58	-2,02	-0,76	-0,15	-0,76
Região metropolitana	1,08	3,14	2,64	2,21	1,91	-0,44	-0,46	0,33	0,44
Não região metropolitana	0,86	1,09	0,19	0,65	0,69	-0,12	0,61	0,16	1,27

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Dentro do contexto dos efeitos da pandemia, apesar do relativo aumento dos rendimentos médios observados nos últimos meses, a forte queda da população ocupada causou um considerável impacto negativo na massa salarial real, resultado que é o oposto do observado anteriormente, em que a elevação da população ocupada aumentava a massa salarial apesar da estagnação da renda média. Na comparação interanual, os dados revelam que, no primeiro trimestre de 2020, a massa de rendimentos real habitualmente recebida registra ainda alta de 1,5%. É um aumento menos intenso do que vinha sendo observado nos trimestres anteriores

(crescimento médio de 3,7% ao longo de 2018 e 3,3% no primeiro trimestre de 2019, e inferior ao quarto trimestre de 2019, que apontava aumento de 2,5%). Cabe ressaltar que a sustentação da massa salarial vinha sendo amparada principalmente pelos trabalhadores informais e por conta própria, cujas massas, na comparação interanual, cresceram 5,3% e 2,8% no primeiro trimestre de 2020, respectivamente. Entretanto, os dados do trimestre móvel que termina em abril apontam uma queda de 0,8% na comparação interanual, e uma diminuição de 3,0% em comparação com o trimestre móvel que termina em fevereiro, antes do início da pandemia, representando uma perda de R\$ 6,4 bilhões.

Rendimentos por faixa de renda e desigualdade salarial

Um indicador muito utilizado para inferir a respeito do bem-estar dos trabalhadores é o seu rendimento. Para que a evolução do rendimento reflita a variação do poder de compra do trabalhador, costuma-se deflacionar os dados de rendimento usando índices de preço ao consumidor que retratem a variação do poder de compra. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que a evolução dos índices de preço pode variar por períodos consideráveis de tempo, quando se leva em conta padrões distintos de consumo por faixa de renda. No anexo detalhamos as faixas de renda e a distribuição dos domicílios entre elas.

Na tabela B.2 mostra-se o crescimento anual da renda domiciliar por faixa de renda. Os valores dos rendimentos médios individuais e domiciliares por faixa de renda são mostrados neste apêndice. No primeiro trimestre de 2020, apenas os domicílios de renda baixa e média-baixa (faixas 2 e 3, respectivamente) apresentaram crescimento da renda média em comparação com o ano anterior. Os domicílios de renda muito baixa (faixa 1) tiveram uma queda de 0,8%, entretanto, foram os domicílios de renda média-alta e alta que mostraram as maiores quedas na renda média de acordo com os dados da PNAD Contínua, o que evidencia a queda da desigualdade nesse último trimestre mostrada no gráfico B.3.

TABELA B.2

PNAD Contínua: rendimento médio real domiciliar por faixa de renda

(Taxa de variação interanual – em % – deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda)

Trimestre	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2016.1	-3,78	0,35	0,50	-0,28	0,93	1,19
2016.2	-3,77	-0,54	1,13	-0,33	-0,37	-3,88
2016.3	-4,45	-3,24	-1,06	-0,23	0,11	-4,97
2016.4	-2,22	-1,56	0,29	1,14	0,68	2,75
2017.1	-1,87	-1,52	-0,84	-1,32	-1,69	-0,25
2017.2	4,68	2,50	-0,73	-0,80	1,77	10,22
2017.3	5,89	2,92	-0,94	-0,40	1,87	13,05
2017.4	5,91	2,26	-0,89	-0,61	1,85	7,68
2018.1	5,33	3,32	-0,06	-0,39	1,34	3,00
2018.2	-0,32	0,09	0,59	0,04	-1,93	-4,00
2018.3	-1,93	-1,37	-0,35	-0,23	-3,00	-1,96
2018.4	0,27	0,45	2,13	4,94	2,32	-3,61
2019.1	0,10	0,44	2,37	5,28	2,98	2,48
2019.2	-1,43	-0,43	0,87	3,03	1,95	1,52
2019.3	-0,34	0,43	2,00	4,32	2,87	-0,66
2019.4	-1,95	-1,19	-1,18	-1,97	-2,01	-1,45
2020.1	-0,80	1,18	1,70	-0,95	-1,01	-3,05

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

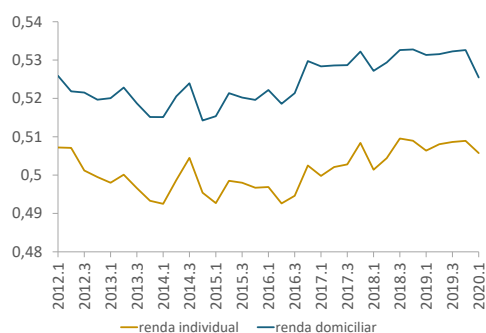
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O gráfico B.3 mostra a evolução do índice de Gini das rendas individuais e domiciliares do trabalho. Comparado ao menor valor observado pela PNAD Contínua, o índice de Gini da renda domiciliar do trabalho subiu cerca de 0,514 no quarto trimestre de 2014 para 0,533 no quarto trimestre de 2019. No caso da renda individual, o índice subiu de 0,495 para 0,509. Entretanto, no primeiro trimestre de 2020, a desigualdade dos rendimentos do trabalho caiu para 0,525 no caso da renda domiciliar e 0,506 no caso da renda individual.

O aumento do Gini até o fim de 2019 se deve à retomada da ampliação da desigualdade entre os extremos da renda, além da expansão da parcela da população no setor informal da economia que apresenta maior desigualdade. De forma mais concreta, no quarto trimestre de 2019 a renda domiciliar do trabalho da faixa de renda alta (ver anexo) era 30,3 vezes maior que a da faixa de renda muito baixa, valor levemente menor que do trimestre anterior (30,5). Por sua vez, no primeiro trimestre de 2020, a renda do trabalho dos domicílios da faixa alta era 29,5 vezes maior.

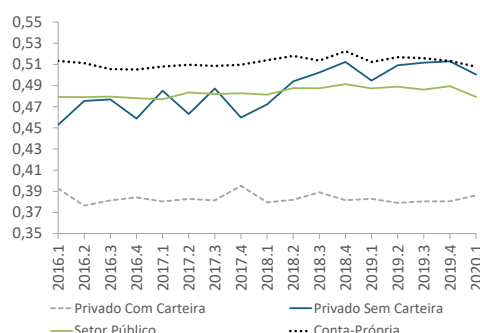
Os dados do gráfico B.4, que mostram os índices de Gini por tipo de vínculo, revelam que apenas entre os trabalhadores com carteira houve aumento da desigualdade no primeiro trimestre de 2020, com o índice subindo de 0,38 para 0,386. Os demais tipos de vínculo apresentaram queda da desigualdade, com destaque para os sem carteira onde o índice caiu de 0,513 para 0,50.

GRÁFICO B.3
Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos – renda individual e domiciliar (Índice de Gini)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO B.4
Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos – por tipo de vínculo (Índice de Gini)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Podemos conjecturar que essa queda da desigualdade se deva ao fato de os trabalhadores de menor renda terem sido os mais afetados pela pandemia. O quadro A.1 no anexo mostra que entre o último trimestre de 2019 e o primeiro trimestre de 2020 a proporção de domicílios sem renda do trabalho subiu de 22,2% para 23,5%, ao passo que a proporção de domicílios de renda muito baixa caiu de 29,2% para 28,5%. Entretanto, visto que contam com dados apenas até março, e, portanto, na fase inicial do isolamento social, então seria prematuro atribuir esses movimentos inteiramente aos efeitos da pandemia no mercado de trabalho.

Para avaliar plenamente os impactos da pandemia na desigualdade de renda no mercado de trabalho será necessário aguardar os dados do segundo trimestre serem divulgados.

Anexo

O quadro A.1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal, expressas a preços de janeiro de 2009 (período de referência da Pesquisa de Orçamento Familiar – POF 2008/2009). As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda. As três faixas seguintes captam domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e com isso se obtêm as faixas de renda domiciliar que são utilizadas na PNAD Contínua. O quadro A.1 apresenta também as faixas de renda a preços de fevereiro de 2020, período de referência do último trimestre disponível da PNAD Contínua.

QUADRO A.1

Faixas de renda mensal domiciliar

Faixa de renda	Renda domiciliar (R\$ jan./2009)	Renda domiciliar (R\$ maio/2020)
1 - Renda muito baixa	Menor que R\$ 900	Menor que R\$ 1.650,50
2 - Renda baixa	Entre R\$ 900 e R\$ 1.350	Entre R\$ 1.650,50 e R\$ 2.471,09
3 - Renda média-baixa	Entre R\$ 1.350 e R\$ 2.250	Entre R\$ 2.471,09 e R\$ 4.127,41
4 - Renda média	Entre R\$ 2.250 e R\$ 4.500	Entre R\$ 4.127,41 e R\$ 8.254,83
5 - Renda média-alta	Entre R\$ 4.500 e R\$ 9.000	Entre R\$ 8.254,83 e R\$ 16.509,66
6 - Renda alta	Maior que R\$ 9.000	Maior que R\$ 16.509,66

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O quadro A.2 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para os primeiros trimestres de 2018, 2019 e 2020, além do quarto trimestre de 2019. Destaca-se, na comparação com o último trimestre do ano anterior, um aumento dos domicílios que declararam não possuir renda do trabalho com a queda dos domicílios de renda muito baixa e o aumento dos domicílios de renda do trabalho baixa com a queda da proporção de domicílios de renda média-baixa.

QUADRO A.2

Faixas de renda mensal domiciliar Proporção de domicílios por faixas de renda (do trabalho)

(Em %)

Faixa de renda	1º tri 2018	1º tri 2019	4º tri 2019	1º tri 2020
0 - Sem renda do trabalho	19,07	22,71	22,16	23,48
1 - Renda muito baixa	28,41	29,82	29,19	28,51
2 - Renda baixa	12,40	11,58	11,61	13,05
3 - Renda média-baixa	18,66	17,08	17,25	15,76
4 - Renda média	14,02	12,22	12,82	12,34
5 - Renda média-alta	5,24	4,54	4,80	4,67
6 - Renda alta	2,01	2,05	2,16	2,19

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)

José Ronaldo de Castro Souza Júnior – Diretor
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti – Diretor Adjunto



Grupo de Conjuntura

Equipe Técnica:

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Marcelo Nonnenberg
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa
Paulo Mansur Levy
Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Assistentes:

Ana Cecília Kreter
Augusto Lopes dos Santos Borges
Felipe dos Santos Martins
Felipe Moraes Cornelio
Felipe Simplicio Ferreira
Leonardo Simão Lago Alvite
Marcelo Lima de Moraes
Mateus de Azevedo Araujo
Pedro Mendes Garcia
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveiraa

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.